

ÉDER DA SILVA SILVEIRA  
CHERON ZANINI MORETTI  
MARCOS VILLELA PEREIRA

ORGANIZADORES

**EDUCAÇÃO  
CLANDESTINA**  
EDUCAÇÃO E CULTURAS POLÍTICAS  
VOLUME 2

 ediPUCRS

## 5

# MARCAS DO GOLPE MILITAR NO COTIDIANO ESCOLAR: MEMÓRIAS DE EX-ALUNOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA

DIOGO FRANCO RIOS  
MARCOS VILLELA PEREIRA

Este trabalho tem como ponto de ancoragem as fontes orais produzidas na tese “Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino da Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora” (RIOS, 2012)<sup>1</sup> e resulta de um recorte feito no material gerado a partir das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa, a partir da História Oral (THOMPSON, 2002; PORTELLI,

---

<sup>1</sup> A tese teve por objetivos analisar as memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia a respeito do ensino de Matemática Moderna na instituição, de 1966 a 1976, e produzir fontes históricas a respeito desse processo educacional. No entanto, das quatorze entrevistas disponibilizadas no trabalho, muito se extrapolou o tema do ensino de matemática. As memórias dos ex-alunos explicaram a modernização do ensino de matemática atrelada a um cotidiano escolar particular em que ela se realizou, sendo tratada como mais um traço daquele Colégio de padrões modernos e experimentais, como foi amplamente reconhecido pelos entrevistados. Neste íterim, parte importante das narrativas abordou o contexto político e cultural da época, merecendo destaque aqui a repressão e as ações de resistência estudantil ante os primeiros anos após o golpe militar, deflagrado em 1964. A versão digital da tese encontra-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdt.d.ibict.br>). Também está disponível no repositório do GHEMAT: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161748>.

2010). Nosso objetivo é explorar trechos de narrativas<sup>2</sup> produzidas por alguns ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia (doravante, designado CA) sobre vivências e práticas durante o período inicial da ditadura militar brasileira, no âmbito do cotidiano escolar.

O Colégio de Aplicação<sup>3</sup> começou a funcionar em 1949, com uma turma de 1º ano ginasial e, a partir de 1953, passou a contar também com uma turma de Estudos Clássicos e outra de Científico, no segundo ciclo do ensino secundário. Inicialmente, eram oferecidas 30 vagas e, posteriormente, passaram a ser 60 vagas para cada série, sendo o ingresso realizado a partir de exames de admissão públicos. O Colégio nunca teve curso primário.

No seu primeiro período de existência, o Colégio funcionou nas instalações da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia<sup>4</sup> (FF), no bairro de Nazaré, em Salvador. Em 1967, transferiu-se para uma sede própria também em Salvador, no bairro do Canela, onde funcionou até o encerramento de suas atividades, em 1976.

Os episódios aqui analisados são relativos ao período que vai de 1964, ano em que acontece o golpe militar, até 1967, quando o CA foi transferido para o Vale do Canela. Esse recorte temporal atende a dois motivos, basicamente. Em primeiro lugar, tendo em vista a riqueza de detalhes com que os ex-alunos relatam suas vivências a respeito daqueles anos, contribuindo para conhecermos seus pontos de vista e suas impressões

---

<sup>2</sup> As narrativas são consideradas como elaborações produzidas pelos entrevistados a respeito daquilo que viveram e que estão impregnadas pelo modo como ainda se relacionam com seu passado e pelos significados que lhe atribuem no tempo presente. Além disso, é preciso dizer que tais elaborações são produzidas durante ocasiões (as entrevistas) em que certa tensão está estabelecida, seja por condicionantes sociais que ainda regulam o entrevistado, seja pela presença de um ouvinte (pesquisador) que não lhe é familiar. Para mais reflexões a respeito, ver: Rios (2016).

<sup>3</sup> Foram localizadas (RIOS, 2012) seis formas oficiais de identificação do Colégio: Ginásio Anexo à Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia; Colégio de Aplicação Anexo à Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia; Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia; Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia; Colégio de Aplicação Reitor Miguel Calmon e, por último, Centro Pedagógico Reitor Miguel Calmon. Aqui utilizaremos simplesmente Colégio de Aplicação (CA).

<sup>4</sup> Em 1968, em função da reforma universitária, a Universidade da Bahia assumiu a nomenclatura Universidade Federal da Bahia.

e interpretações acerca do estabelecimento desse regime. Em segundo lugar, por considerarmos que a mudança para o Canela coincide com um certo arrefecimento das relações políticas no interior do Colégio.

De acordo com Sueli<sup>5</sup>,

existiam dois Aplicações, na verdade, né, quer dizer, o Aplicação mais antigo, da época de Maria Angélica, e o Aplicação pós-Angélica, da época de Zilma Parente de Barros. [...] porque... essa... essa ruptura do Aplicação de Angélica para o Aplicação de Zilma é uma ruptura que eu vivi e, particularmente, de uma forma muito intensa, pessoalmente também passo todas as dicas sobre isso e eu sempre achei e, assim, eu vislumbrei isso, né, com o tempo, com o afastamento. Eu vislumbrei isso como uma ruptura, realmente, né, associei muito as questões históricas que a gente tava vivendo na época, o acordo MEC-USAID, parará-parará, como isso refletiu no Aplicação e tal, mas nunca tinha visto, tinha sentido de perto o que é que isso provocou, além do fechamento da Escola na Bahia, [...] em dois grupos distintos, né, de ex-alunos do Aplicação, os ex-alunos da época áurea, que é a época de Angélica, e da época de decadência, da Zilma, que coincide com a ditadura, com o acordo MEC-USAID, etc., etc. (SUELI, 2010, p. 1).

Não se trata de produzir uma imagem dicotômica ou dualista do CA, mas é inegável que há uma modificação no contexto e no cotidiano que acabam por produzir efeitos sobre a realidade dos estudantes e do Colégio. O período de 1967 a 1973, quando do seu fechamento, apesar de estar inscrito em uma conjuntura bastante mais endurecida e violenta, não deixou marcas tão intensas nas memórias desse grupo de ex-alunos.

---

<sup>5</sup> Todos os procedimentos relativos aos cuidados éticos foram observados. Todos os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e revisaram a transcrição de suas entrevistas, autorizando sua utilização para fins acadêmicos e científicos, autorizando a indicação de seus nomes ou definindo um pseudônimo. Agradecemos enormemente a disponibilidade de todos, destacando a importância de sua atitude para que pudéssemos trazer à luz esses episódios.

[...] foi um puta de um Colégio, né, assim, altamente revolucionário, no sentido mais amplo que você possa entender disso, né, e, por outro lado, a decadência foi tão forte quanto era antes a sua luminosidade, o seu esplendor, mas sua experiência que efetivamente só, só é possível de existir, quando você respira democracia, sem isso inexistente, né, então, sobretudo assim, o caráter de... eu acredito que o que fez do Aplicação o que foi, para nós virou até um mito, né, porque, como deixou de existir [...] o Aplicação realmente, sim, foi um formador de gente decente e legal, quando floresceu na democracia e, como só ia acontecer, não tinha porque não acontecer com o Aplicação, um formador de... quer dizer, acabou essa coisa dele, de formar pessoas maravilhosas, assim, no melhor sentido dessa palavra, pessoas com consciência social, pessoas solidárias, intensas, afetivas, é isso que eu chamo de ser grandioso, né, minha visão de grandiosidade não tem nada a ver com bem material, com o normal das coisas (SUELI, 2010, p. 2).

Evidentemente, outros olhares poderiam trazer outras possibilidades de leitura e interpretação. Nós, no entanto, optamos por, deliberadamente, trabalhar nesse intervalo e, portanto, dar visibilidade aos episódios acontecidos naqueles anos iniciais do regime militar.

Assim, vamos apresentar as memórias dos ex-alunos organizadas em três blocos: “O golpe”, em que destacamos registros dos primeiros dias do golpe militar; “O cotidiano e a militância estudantil”, em que damos destaque a episódios vividos no dia a dia do colégio – movimento estudantil, assembleias, eleições para o grêmio e outros episódios correlatos; e “As manifestações”, em que privilegiamos os relatos acerca da passeata contra a Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia.

A repressão decorrente da implementação do regime militar não seguiu um padrão claro. Na medida em que os episódios iam acontecendo, medidas eram tomadas no sentido de limitar as liberdades e coibir as manifestações. Paulatinamente, seguindo esse ritmo inicialmente fortuito e casuística, as práticas repressivas do Estado foram se estabelecendo de forma mais regular

(ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Assim, vamos nos ater aos relatos e, quando for oportuno, teceremos algumas considerações sobre eles.

## O golpe

A ditadura militar no Brasil e na Bahia foi tema de demoradas narrativas de memória dos entrevistados indicando o quanto a política e o contexto social externo ao CA foi relevante para eles, na rotina do Colégio de Aplicação daqueles anos, e contribuem para um desenho rico desse período da cultura nacional. O golpe veio sem aviso, após o feriado de Páscoa.

[...] eu vou até mostrar que é bem na caderneta de 64, que eu anotei revolução, os dias da revolução, cadê aqui... É primeira série de ginásio, eu tô em 61, 62, 63, 64. Então, em 64, vamos ver... Aqui, olhe, engraçado, tá vendo? De primeiro a quatro, “revolução”. De primeiro a quatro de abril de 64.

– E por que a senhora anotou revolução aí, a senhora lembra?

– Porque foi...

– Sim, mas as raz..., foi revolução e quais eram as coisas que...

– [...] então porque... por uma questão minha de diário mesmo, eu fazia isso aqui era como se fosse uma espécie de diário eu anotava aqui os feriados, domingos, os dias que nós não fomos ao colégio...

Aqui não teve aula. Então, eu anotei a razão que não teve aula assim, como eu anotava os dias de feriado e de sábado e domingo, aqui não teve aula, tá vendo, não teve, aqui: férias, então eu anotava tudo que acontecia aqui justificada [...]. (DENISE, 2010, p. 1-2).

Apesar de Denise não explicar quais as razões da interrupção das aulas durante a “revolução” – que ocorrera apenas uma semana depois dos feriados ligados à Semana Santa, que já haviam interrompido as aulas desde a quinta-

-feira, dia 26 de março de 1964<sup>6</sup> –, sabemos que a suspensão das atividades do Colégio durante os primeiros quatro dias de abril seguiu a determinação do reitor da Universidade, Albérico Fraga, de fechar todas as Unidades (BRITO, 2008).

A seguir trazemos a imagem de uma folha de registro de frequência da caderneta escolar de Denise, que assinala a interrupção das aulas de 1º a 4 de abril de 1964, período identificado pela aluna, na época, como “revolução”. A caderneta indica que não houve aula nos dias que sucederam o golpe de Estado.

ABRIL	
DIAS	DIAS
1	17
2	18
3	19
4	20
5	21
6	22
7	23
8	24
9	25
10	26
11	27
12	28
13	29
14	30
15	
16	

**Figura 1.** Foto de caderneta escolar.

**Fonte:** arquivo pessoal de Denise.

<sup>6</sup> De acordo com as páginas da Caderneta Escolar de 1964, indica-se como feriados os dias 26 a 28 de março sem referência clara à semana santa, contudo, a partir de um calendário de 1964 pode-se constatar que se referia a semana santa. Cf. calendário 1964. Disponível em: <http://www.webcid.com.br/?pg=calendario&ano=1964>. Acesso em: 19 out. 2011.

Para Jorge, por outro lado, o golpe de estado interferiu direta e violentamente na rotina daquele primeiro de abril no CA, o que justificaria a paralisação das aulas por quase uma semana, como se observa no trecho a seguir:

[...] com o advento do golpe militar de 64, ao qual eu lhe digo que não foi em 31 de março, foi em primeiro de abril, porque eu me preparava [...] no dia 31 para fazer uma prova no dia primeiro de abril e quando eu ingressava na Escola, antes de adentrar propriamente na Escola, um colega meu [...] eu me lembro perfeitamente desses lances todos com a maior tranquilidade, com a maior transparência [...] quando eu entro na Faculdade... no Colégio de Aplicação, F. fez, 'Braga entre devagar que a Escolar tá cheia de metralhadora e fantá' – fantá são aqueles cassetetes imensos [...] 'vai devagar porque, senão, você vai cair na pancada', eu disse, 'que nada, otário' – disse assim mesmo – 'que nada, otário, primeiro de abril, tô preparado'. Nunca esqueço, quando eu olhei que eu vi o primeiro de abril [...]. Foi uma coisa assim, extremamente grosseira, estúpida e, principalmente, num colégio onde a média de idade era o quê? De doze, treze anos a dezessete, dezoito, estourando. Aliás, acho que não tinha ninguém de dezoito anos ainda. [...] O exército invadiu e deixou todo mundo incomunicável, invadiu a Filos... não foi só lá só, não, invadiu no Brasil todo, naquele dia onde havia estabelecimento de ensino, principalmente aqueles que tinham uma formação... que davam uma formação ideológica, socializante, esses aí dançaram feio, dançaram feio... (JORGE, 2010, p. 3; 8-9).

Além dos detalhes relacionados à invasão dos militares no prédio que servia à Faculdade de Filosofia e ao CA, reforçados por sua afirmação de “maior tranquilidade, com a maior transparência” de sua memória sobre o tema, Jorge rememora que o Colégio era um espaço onde a formação política ocupava um lugar importante na formação dos alunos, demarcando que se tratava de uma atuação política de esquerda, o que sustentaria a



associação que faz do CA e da Faculdade de Filosofia com outras instituições que ofereciam “uma formação ideológica” e, em consequência disso, ficaram visadas pelos militares em todo país (ZACHARIADHES, 2009).

O entrevistado continua:

Naquela época, os estudantes daquela época, era uma época em que tudo se contestava, havia uma vontade louca do pessoal de querer mudar e tinham aqueles que faziam, realmente, por ideologia, não faziam por ser pau-mandado nem por obediência a quem quer que seja, não, fazia porque queria ver o país crescer, o país se desenvolver. Mas, então, o que é que aconteceu? Com o advento desse golpe, você vê que as instituições, todas elas, a princípio na área de ensino, todas elas foram absolutamente destruídas e foi exatamente a fase áurea que começou o “boom” das escolas particulares. [...] Já falecido L., morreu tem uns dez anos de diabetes. Eu vou explicar para você, rapidinho, o que é isso aqui. Essa ACEB, Associação Cultural dos Estudantes da Bahia, foi um quebra-galho que nós criamos, nós fizemos parte da primeira diretoria, porque com o Golpe Militar foi extinta a ABES, Associação Baiana dos Estudantes Secundários, moral da história, cujo presidente era F., na época, irmão do G., então isto aí foi uma coisa terrível porque com o golpe militar os grêmios formam fechados, as associações dos estudantes foram todas elas lacradas, e nós conseguimos convencer, naquela época, o desembargador – porque a 6ª região militar não queria permitir, de maneira alguma, que funcionasse nem grêmio, nem diretório, nem coisa nenhuma –, alguns funcionavam, eu vou dizer até, que na base da clandestinidade, na base da coragem, porque a determinação era ficar suspenso, como de fato ficou por um bom período. Então, essa ACEB, ela era orientada no sentido de somente expedir identidade, somente carteira estudantil para os estudantes, para que eles não ficassem sem “a meia” nas casas de espetáculo, né, no futebol, no cinema, teatro não, porque

pouco se ia a teatro naquela época, mas nós, com a ousadia que nos era peculiar, a gente extrapolava, o interessante disso aí, eu me lembro como hoje, que o coronel na 6ª região, chamou a gente para uma reunião dizendo que não podia se mostrar de jeito nenhum a parte pobre da cidade, que eram as palafitas de São Caetano, a esses gringos que vinham no famoso “Ponto 4”, que eram os navios que aportavam ali, americanos, é como se fosse as ONGs de hoje, mas era uma coisa extremamente reacionária, e a orientação era que nós sempre mostrássemos somente a parte boa e bonita da cidade, a parte pobre eles não queriam de jeito nenhum que a gente mostrasse, só que a gente rompia esse cordão e levava o pessoal e eles ficavam apavorados, como é que podia existir um segmento social que conseguia sobreviver em meio a tanta miséria, que aquelas palafitas na época de São Caetano ali não é tanta água, eu me lembro como hoje, era uma espécie de um residual de esgoto, uma coisa meio fétida, como se fosse o Bahia Azul, quando você passa pro Iguatemi, que ficava aquele cheirinho, o que incomodava muito até para ensinar, para quem já morava lá, acostumava, mas para quem não, o estômago dava algumas voltas, mas era bom demais, de alguma maneira serviu como experiência, agora, terrível, terrível, terrível... para estudantada que teve a partir daí, que brigar contra essa situação e foi aí que deu muita prisão, muito assassinato, muito “para frente, Brasil”, você já ouviu falar? “... para frente, Brasil, salve a sele...”, você lembra? De 70 para cá você conhece a história, né? Não conhece é de 70 para trás. [...] tem colegas nossos que até hoje a gente não sabe o paradeiro.

– Colegas do Aplicação?

– Não, colegas do movimento estudantil, colegas do Central, colegas do João Florêncio Gomes.

– Você lembra de algum episódio do Colégio onde isso tenha tido repercussão, que tenha tido que chamar o exército?

– Não, não, eu me lembro das passeatas que sempre eclodiam ali na Praça Castro Alves, quase nunca a gente conseguia chegar à rua Chile, Santa Teresa com esforço, porque isso vinha do Campo Grande e ia descendo, descendo, pegava a Piedade, quando chegava na Ladeira de São Bento já tinha uma centena de militares esperando a gente, com bomba de gás lacrimogêneo, eu, por duas vezes, se não fosse Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti e Dom Timóteo, que foram os baluartes da Igreja de São Bento... pelo menos eles abriram a igreja umas duas vezes para esconder a gente atrás do altar, porque os militares queriam pegar a gente (JORGE, 2010, p. 15-17).

Jaci também se refere ao estabelecimento de uma identidade coletiva aos alunos do CA, pelas semelhanças com os alunos da Faculdade de Filosofia, que os tornava partícipes de uma “mesma” coletividade. De acordo com ela, a integração com os universitários parece ter contribuído para o enfrentamento de circunstâncias tensas pelos alunos do Aplicação naqueles dias.

[...] era um colégio diferente porque, inclusive, a gente estava dentro da Universidade. Eu sou universitária desde os 11 anos de idade, entendeu? Então, quando chegou o momento das lutas estudantis, a gente estava dentro da Faculdade de Filosofia. Teve um dia que a polícia cercou a Faculdade de Filosofia e a gente teve que fugir pelo portão do fundo, dona Odile e dona Lêda nervosas, “rancando [os] cabelos”, ‘vamos meu filho, vamos meu filho, por aqui, ó a fila...’, tudo menino pequeno [...] (JACI, 2010, p. 10).

A memória relativa à fuga dos alunos pelos fundos do Colégio, orientados pela vice-diretora e pela diretora, por exemplo, é um aspecto importante ao considerarmos o que Jaci narra, ao mesmo tempo em que se identifica como universitária desde a época de ginásio. Contar um episódio

em que tiveram que se defender da truculência dos militares representa um feito que deixava de ser extraordinário para aquele período.

Os relatos e registros contribuem para se considerar o fato de que o episódio do golpe se fez sentir de forma bastante contundente em todo o país. Pode-se considerar que a ação dos militares foi coordenada e muito bem organizada, eclodindo ao mesmo tempo em diferentes pontos.

Evidentemente, houve premeditação, organização, estratégia e tática, tudo muito bem coordenado. No entanto, a despeito disso, não havia como prever absolutamente o funcionamento das ações de resistência. A repressão estava articulada e de prontidão, mas as ações repressivas somente viriam a ser definidas na medida em que emergissem os atos de resistência.

### **O cotidiano e a militância estudantil**

Eduardo admite uma aproximação com os alunos mais velhos que já estavam no ensino superior. Isso, conseqüentemente, acabava por favorecer a vinculação dos estudantes, ainda no ensino secundário, aos partidos políticos de esquerda que tinham uma base importante entre os universitários da Faculdade de Filosofia.

[...] para minha formação mesmo, aí tem influência em algumas figuras que tinham, digamos, que tinham relativo peso no Partido Comunista e tinham um relativo peso no movimento estudantil universitário, que tinha uma influência forte dentro do Aplicação, por conta de Sueli [...]. Sueli foi namorada, ainda no Aplicação, de [...], que foi dirigente da União de Estudantes da Bahia, que era da Federal, etc., etc., [...] era uma liderança estudantil forte. Sueli é irmã de um cara que fez Economia, [...], que era na época um dos principais cabeças do Partido Comunista no movimento estudantil universitário [...] (EDUARDO, 2010, p. 33).

Sueli, ex-aluna a que se refere Eduardo, confirma suas motivações pessoais que a vinculavam aos estudantes da Faculdade e, em sua narrativa sobre as atividades políticas que participava no Colégio, não faz uma distinção muito clara entre os alunos do CA e os universitários, com os quais conviviam cotidianamente no prédio da Faculdade de Filosofia, em Nazaré.

[...] todo mundo da minha família se meteu com política, de alguma forma, política estudantil, enfim, sempre fomos todos assim, aí pronto. Aí veio o golpe, eu tinha... 13 anos e, como todo mundo sempre se metia em política, você chagava em casa, na minha família era assim, nove horas da noite só tinha minha mãe em casa, onze horas estava a família toda reunida, conversando, tá-rá-rá... [...], eu pequena e os irmãos maiores, já universitários, mas todo mundo libertários, todo mundo contra a ditadura [...] (SUELI, 2010, p. 10-11).

Em relação àquela realidade escolar,

[...] vivíamos uma vida híbrida com a Universidade, né, numa época em que a Universidade era altamente participativa da vida política e nós, meninos, participávamos também da vida política intensamente, né [...], entrei no Aplicação tinha um pátio enorme que separava o prédio antigo do prédio novo [...]. Esse pátio era onde aconteceram as maiores... onde aconteceram, assim, as assembleias, né, eu mesma conheci o meu primeiro marido numa assembleia ali, né, assembleia, assim, quer dizer, você estava lá, participava das assembleias universitárias e tal e de todo movimento universitário, de greve... a gente participava e tal (SUELI, 2010, p. 4).

Essa influência dos universitários sobre os alunos do CA era construída em função do compartilhamento tanto de um mesmo espaço físico como de motivações pessoais e políticas, que viam no Aplicação “um território de formação de novas lideranças” (BRITO, 2008, p. 176). Segundo Eduardo,

em decorrência dessa relação, houve uma efetiva vinculação dos alunos do CA aos partidos políticos. Esse fato acabou tendo repercussões importantes para suas práticas políticas, sendo possível, para ele, inclusive, identificar a influência partidária nas chapas que concorreram às eleições do grêmio do Aplicação no ano de 1967, como se nota em trecho de sua entrevista:

Eram duas chapas que concorriam ao grêmio, uma chapa era a encabeçada por R., da qual eu participava, uma chapa com a marca, com o carimbão do Partido Comunista Brasileiro, o partidão, uma outra chapa, que era uma chapa de independentes, que ainda não tinha... ainda não tinha o dedo da outra organização política que se forma, que também se organizou no Aplicação, que também existia no Aplicação, que é a AP, Ação Popular, que também se organizou no Aplicação, que também tinha no Aplicação, mas não tinha, ainda, a presença da AP, e não tinha, a presença que vai ter depois, forte, da Juventude Católica, JUC, que era chamada Juventude Universitária Católica, que se formou também, fortemente, no Aplicação, nesse momento não tinha isso, era um pessoal independente, com ideias de esquerda, mas um pessoal independente, encabeçado por Z[...]. Z. contra R. (EDUARDO, 2010, p. 29).

Podemos observar que esse é um traço que caracteriza a atuação dos alunos do CA e, paradoxalmente, ao mesmo tempo, os distinguia e os aproximava dos universitários. Por mais que tivessem acesso ao exercício da política, inclusive partidária, ou que fossem às ruas protestar ou, ainda, que julgassem a si próprios como “muito maduros” (DENISE, 2010, p. 9), em determinadas circunstâncias, se identificavam como crianças e jovens; como afirmou Jaci (2010, p. 10), era “tudo menino pequeno”. Ainda que não exclusivamente, obedeciam a padrões de desenvolvimento afeitos à sua faixa etária, lhes impondo tanto a supervisão dos adultos quanto o seu cuidado, como conta Eunice no trecho a seguir.

Eu lembro muito que teve uma passeata, o ano exatamente eu não lembro, podia ser 63, sei lá, só lembro que fomos para passeata e que a diretora ligou para nossas mães, no trabalho ou em casa, para dizer que a gente estava na passeata e a gente receber cartão ou, pelo menos assim, preocupados porque a gente tinha saído da escola para ir para passeata. Então, assim, isso não é coisa que se faz em colégio grande... não é possível se fazer, entendeu? Eu estou pensando assim, no cuidado, o que é controle, mas que também era cuidado e também era possibilidade de acompanhamento (MARIA EUNICE, 2010, p. 2).

Jocano também recorda que os estudantes do CA eram bastante politizados. Apesar de o Colégio não ter sido alvo de intervenções, a ressonância da conjuntura se fazia sentir fortemente, no dia a dia.

O Aplicação nunca foi invadido, nunca foi cercado, nunca foi violado, nunca foi apedrejado, nunca jogaram bomba de gás no Aplicação, nada, jogaram na reitoria... [...] Era um pessoal muito, muito politizado, época de eleição no grêmio lá, por exemplo, era uma guerra, porra, guerra ideológica, o pessoal era convicto de suas posições, eu defendia um posicionamento de uma ala política... era bem informado, bem sedimentado em termo de... de conhecimento, tinha esse negócio de jogar ovo na cabeça do outro, do adversário, mas, nada de... nunca tentaram impedir nenhuma manifestação, por isso que eu falo, a liberdade grassava no Colégio de Aplicação, isso foi o grande legado que o Colégio de Aplicação deixou para todos os que conviveram lá, foi justamente essa sensação de democracia, está entendendo, numa época em que lá fora acontecia justamente o contrário, repressão da porra, ditadura militar...

[...] naquela época você enxergava claramente quem era direita e quem era esquerda, hoje em dia está tudo pulverizado, naquela época, realmente, você identificava... fulano é direita, sicrano é esquerda, claro que... chamava "as meninas

de papai” a menininha mais rica e tal... então, tinha lá um grupinho, filhas de empresários, de empresas fortes aqui de Salvador, que não queria porra de nada com a política, sempre elas viam aqueles movimentos como contra o patrimônio que elas tinham naquele momento, os pais delas tinham, está entendendo, o pessoal tentava vender uma verdade e os militares tentavam difundir aquela ideia de que... a esquerda ia tomar o Brasil para privatizar todas as propriedades, que ia roubar dos ricos para dar pros pobres, então, aquela ideia que a ditadura conseguiu, realmente, inculcar em algum momento em uma parcela da sociedade e que o movimento da época, da esquerda, era para tirar eles do poder e implantar o comunismo e que comunismo era roubar dos ricos para dar para os pobres, então, essa ala de colegas nossas, as meninas ricas, que tinham patrimônio na época, ficava realmente receosa de participar de forma mais ativa do movimento com a gente, com medo do patrimônio dos pais delas fosse dilapidado pelo movimento de esquerda (JOCANO, 2010, p. 16).

Observa-se que o contexto familiar também contribuía com a formação de cada um.

Eu tinha irmãos universitários, a mesma coisa que aconteceu no Aplicação e a Faculdade de Filosofia, eu pequena e os irmãos maiores, já universitários, mas todo mundo libertário, todo mundo contra a ditadura, então, sei lá, com 13 anos de idade, eu acordei com a Polícia Federal dentro da minha casa, no meu quarto, de metralhadora e tal, está certo, e minha mãe, calmamente, “vou fazer um café para vocês” era aquele tipo, e aí, pronto (SUELI, 2010, p. 10-13).



Da mesma forma, no cotidiano dos estudantes, também havia a presença de episódios de repressão mais violenta, como se pode observar na entrevista de Raimundo:

Rapaz, viver em ditadura, você agradeça por não ter pego, peso não é tão... mesmo porque a gente era menino. Mas viver em ditadura não é fácil, tudo restringido, música censurada, né...

[...] tinha medo, tinha esse receio, então no princípio até as pessoas se seguravam nessas aulas. Não se expunha tudo que você pensava, ou ficava aquela fantasia, não. “Isso aí eu posso ser preso, não sei quê, tal e coisa...” tinha, de fato, esse entorno... e teve passeata com repressão e tudo, você correndo da polícia, tinha tudo isso, tinha tudo isso.

D – Mas não chegava até vocês?

R – Não, não. Assim diretamente não. Aconteceu, como eu lhe falei de gente ser presa, ir presa e torturada.

[...] Foi presa e torturada. Mas voltou à Escola, completou... – não sei se ela terminou a escola, acho que terminou sim –, fez vestibular, cursou depois... aí é outra história – até tenho contato com ela – ela hoje em dia, não hoje, especificamente, atualmente, né, mas não sei... (RAIMUNDO, 2010, p. 36-40).

Na mesma direção, Denise nos traz algumas memórias sobre a marca da repressão a estudantes e professores na rotina do Colégio:

Entro eu nessa situação, nesse contexto, minha irmã já tinha sido expulsa exatamente do Colégio porque foi defender, juntamente com vários colegas, todos os professores como Doralice Alcoforado, o próprio professor de desenho, Expedito, que tinham sido caçados, e muitos tinham sido torturados, tinha a professora Idalina Azevedo, de Literatura...

E eles e minha irmã chegavam e subiam na carteira “abaixo a ditadura” então aquelas coisas todas, aqueles desenvolvimentos e, juntando com várias outras situações também, se chegou a esse limite. Então, já existia essa situação (DENISE, 2010, p. 7).

Trazemos um trecho da entrevista da mesma ex-aluna, que relata a ação realizada quando da organização política cotidiana:

E, quando tinha os movimentos de... repressão política e, várias unidades foram fechadas, sociologia, ciências políticas... deixaram de funcionar por causa da revolução.

– Isso a senhora já na faculdade?

– Não, no Colégio, no Colégio. Eu cansei de levar livros da biblioteca para esconder. Uma vez eu me lembro que eu escondi *O capital*, vários exemplares de *O capital*, debaixo do meu colchão, porque minha casa era pertinho do Colégio, entendeu? Então, às vezes quando tinha revista, assim, da própria polícia, né... Que inspecionava toda a cidade para ver quem era subversivo e quem não era, então isso era esvaziado... Então, eu escondia vários livros da biblioteca para que esses livros não fossem dizimados e... Então, especiais nesse sentido (DENISE, 2010, p. 10).

Evidentemente, como já observamos em alguns trechos anteriores, o grêmio estudantil representava um importante dispositivo de organização e formação, ao lado das outras instituições ligadas ao movimento secundarista, UNE e correlatos.

Maria Angela narra suas lembranças sobre a agitação relacionada com a eleição da chapa para o grêmio:

[...] me lembro de ver, de não participar diretamente, mas de ver – e eu achava aquilo lindíssimo – aquela militância estudantil, porque eu estava chegando, né, e geralmente era o pessoal

mais adiantado, pessoal já de último ano de ginásio e de colegial envolvido naquela militância política e achava interessante...

[...] na época tinha eleição para o diretório, era uma eleição muito disputada, tinha muita propaganda política, fazia reunião e distribuía panfleto, era bem marcante, mesmo assim, a militância (MARIA ANGELA, 2010, p. 7).

Uma marca importante a ser retomada é a interferência partidária no movimento estudantil. Conforme nos relata Eduardo, a interferência da política internacional e nacional sempre foi muito forte:

[...] ali em 66, quando eu começo a fazer política com mais vontade e em 67 eu entro em grêmio, não sei o quê... esse período não é o período de mais intensa repressão no Brasil. [...] como é que a política entra? Entra, como vai entrando nas camadas médias estudantis politizadas, etc., etc., entra com a ideia de que é necessário, possível, retomar uma luta pela democracia no Brasil, ainda muito verdadeiramente, eu acho, certo, muito verdadeiramente, para mim, como é que ela entra na minha vida, ela entra forte, sobretudo, em 67, mas aí [incompreensível] fazendo uma definição de política que é o sexto congresso do partido, em 67, o partido faz uma definição de caminho para enfrentar a ditadura, em que o partido considera que a ditadura tem força, tem peso, tem apoio, e que a única forma de derrotar a ditadura é a forma de, o partido chamou, na época, de frente democrática, a constituição de uma ampla frente democrática, não um caminho de esquerda, mas o caminho de ampla frente, juntar todos aqueles que querem combater a ditadura, isso de um lado e, por outro, defender as bandeiras fundamentais do retorno à democracia (EDUARDO, 2010, p. 31).

Nesse ponto, como é possível observar nesse trecho, emergem algumas análises acerca da conjuntura que se havia estabelecido e, em

uma leitura crítica mais profunda, parte-se para o entendimento de que a ditadura militar havia vindo para ficar e, por isso, demandava outro tipo de organização. E o debate levado a efeito no interior dos partidos (todos clandestinos, vale dizer<sup>7</sup>) será essencial para definir os rumos do movimento de resistência que se seguiu nos anos posteriores.

O que são essas bandeiras? São bandeiras que vão aquecendo... tem um sinal delas na resolução política do partido, em 67, e elas vão crescendo até 70, que são as bandeiras da anistia, da constituinte que começam a surgir desde... certo, então, interfere, interfere fortemente dessa maneira, que a luta democrática é uma possibilidade, é um caminho, que até 68, Diogo, isso tá rolando, digamos, com as forças políticas existentes à época no território da esquerda, as forças católicas, AP, que vem do ventre católico e vira marxista no caminho, o POLOP, política operária que tinha um grupo pequeno na Bahia, mas que tinha é... que tinha uma boa formação teórica, talvez fossem os caras de melhor formação teórica, com o PCdoB, que era fraco, na época, diga-se de passagem, o AP era infinitamente mais forte que o do-B. O do-B era um anexo do AP, que virou o contrário depois, depois ela foi engolida pelo pessoal do-B, engolida completamente pelo PCdoB, e tinha o partido, o partidão, você tinha esse espectro, que vai explodir por completo e virar outra coisa, outro mundo a partir de 69, final de 68 para 69, né, que é quando o embate entre os movimentos que se opõem e a repressão, esse embate fica cada vez mais tenso, em 68, com as passeatas crescendo, com a passeata dos cem mil no Rio, com tudo aquilo e, ao mesmo tempo, a repressão se preparando para o enfrentamento total que acontece com o AI-5, aí em diante

---

<sup>7</sup> Durante o período da ditadura, apenas dois partidos ficaram na legalidade: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, que congregava o bloco governista e os militares) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, que congregava a oposição). Todos os outros partidos foram lançados na clandestinidade até o começo da abertura política, em 1979.

vira tudo. O que é vira tudo? Uma parte dessa esquerda que antes não tinha apostado, definido, como é que eu diria, optado claramente pelo enfrentamento armado, passa a fazê-lo. Então, você passa a ter um conjunto de dissidências que saem do velho Partido Comunista Brasileiro para a luta armada, comandados por vários ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, o caso de Marighella, o caso de Mário Alves, o caso de Apolônio Carvalho, todos eles vão saindo... Marighella rompe em 67 ainda, quando volta de Cuba, aí ele sai para formar os grupos armados, aí vão se formando grupos da esquerda armada, a ALN, Collina MR-8 que se forma depois, e vão se formando, né, e isso vai dando perdas ao movimento estudantil, grandes perdas ao movimento estudantil, gente que sai, que não pode mais estudar, etc., etc., que vai caindo, que vai entrando no processo de luta armada e, então, a tensão dentro dos grupos de esquerda é muito grande, mas aí já é outro momento, que eu já estou na Universidade, certo? (EDUARDO, 2010, p. 32).

O recrudescimento das ações repressivas por parte do Estado tem em 1968 um marco importante. O Ato Institucional nº 5 foi expedido em um contexto de relativa tensão, caracterizado pela franca oposição ao governo militar nas manifestações partidárias, manifestações populares, movimentações de trabalhadores, greves e, mesmo, ações de luta armada. Destacam-se, das disposições estabelecidas pelo Ato, as prerrogativas do governo decretar, a qualquer momento, o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, de intervenção nos estados e municípios sem qualquer limitação constitucional, de suspender direitos políticos de qualquer cidadão e mandatos eletivos, de decretar Estado de Sítio, bem como a suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional. Observa-se, nesse contexto, que a ditadura se estabelece sob a proteção da legalidade plena, ao mesmo tempo em que inaugura um amplo conjunto de práticas

clandestinas de prisão, tortura, morte e ocultação dos cadáveres dos desaparecidos. De acordo com o Relatório “Brasil: nunca mais”, milhares de cidadãos foram levados aos cárceres políticos clandestinos, e posteriormente mortos ou desaparecidos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O momento de 66 e 68, ele vem para cima da gente, como? Como uma necessidade de retomar uma luta democrática, de enfrentar eventuais mudanças ruins que possam existir no ensino, né, que foram as manifestações de rua, as primeiras na Bahia, né, que é mais? É basicamente isso, né, é basicamente isso, para mim, para minha formação, mesmo, aí tem influência em algumas figuras que tinham, digamos, que tinham relativo peso pelo Partido Comunista e tinham um relativo peso no movimento estudantil universitário, que tinha uma influência forte dentro do Aplicação, por conta de [Sueli], [...] que foi dirigente da União de Estudantes da Bahia, que era da Federal, etc., etc., foi namorada de M. nessa época, M. era uma liderança estudantil forte, [Sueli] é irmã de um cara de fez Economia, E., que era na época um dos principais cabeças do Partido Comunista no movimento estudantil universitário, e algumas figuras que saíram do Colégio de Aplicação que já estavam na universidade, se transformam também em lideranças políticas de certo destaque no movimento estudantil e com algum reflexo, não tão grande quanto E. e M., sobre nós, que era o caso de S., que foi para presidente da UEB, que foi vereador aqui na cidade, etc., e tal, depois se exilou um tempo enorme e, recentemente, está por aqui. Então, é isso, é assim (EDUARDO, 2010, p. 33).

Tomando um relato relativo ao período imediatamente posterior, quando o Colégio de Aplicação já funcionava no Canela, lançamos mão de alguns trechos da entrevista de Sueli, citada anteriormente, acerca de sua atuação no grêmio estudantil.

Eu fui secretária de cultura do grêmio, aí fiz uma semana de cultura no Aplicação, cada dia dedicado a uma arte, cinema, teatro, pá-pá-pá... música, e aí no dia do cinema, eu programei passar um documentário sobre os trabalhadores do Rio Tietê, que acho que o nome era *O artigo 171*, era um artigo da Constituição passada, né, anterior a 88, e aí solicitei informalmente à Escola de Teatro, que fica ali perto, as instalações para que a gente pudesse passar o filme, aí fui chamada pelo diretor da Escola de Teatro. [...] Esse cara também teve, assim, um diálogo comigo extremamente ríspido, “a senhora” – imagine, eu uma guria, né, 16 anos, 17 anos –, “a senhora sabe o que é o artigo – não sei se era 71 ou 171 –, assim, aquela coisa, quer dizer, era um cara ali que estava... para você ter uma... um cargo ali dentro da Universidade, ser diretor de alguma... você já tinha que ter a aquiescência dos milicos, então ele já era um cara... ele não permitiu que passasse lá o tal do filme, entendeu? Tinha muito dessas coisas, de corte, realmente, de perseguição e tal (SUELI, 2010, p. 7-8).

Raimundo nos relata um pouco da circunstância da greve dos estudantes, ainda em Nazaré:

Esse outro episódio da passeata contra lei orgânica, o senhor fala que teve uma greve, era foi promoção do grêmio, era uma ação do grêmio, a greve?

– Sim. Para greve eu lembro bem, porque a gente fez uma assembleia – assembleia de Estudantes do Colégio – para ver se o Colégio ia aderir ou não a greve, né. [...] Então não sei como era convocada, mas eu estava entrando e tinha dez anos de idade. Não sei como era convocada esse tipo de coisa, mas nós tivemos, eu me lembro bem disso, eh... uma assembleia na Escola, foi convocada pelo grêmio, era conduzida pelo presidente do grêmio. [...] Esse R. era presidente do grêmio na época e ele que conduzia a assembleia, então tinha as discussões para saber se

ia aderir à greve ou não e depois votação. Eu me lembro bem da votação que até me surpreendeu, eu não sabia de nada e na hora de decidir: “quem é a favor da greve fique sentado, e quem é contra fica de pé”. Levantou eu e mais uns três ou quatro, meu pai retou comigo, meu pai era meio comunista (risos), “como é que você é contra a greve?”. Lembro, depois em casa conversando... Era uma decisão dos alunos.

– Não era uma greve dos professores?

– Não. Greve de alunos. Foi uma greve dos alunos, decidida pelos alunos e, que eu me lembre, até onde eu sei, não tinha professor observando a assembleia, participando da assembleia, nada disso. Os alunos reunidos, eh... liderados pelo grêmio, né, e decidindo livremente, se ia ter... e foi uma votação avassaladora, eu vi eu quase fiquei em pé sozinho, fiquei em pé sozinho... sei lá, não sei quantos foram, mas estava a Escola quase inteira e só cinco ou seis contra, naturalmente tinha todo tipo de gente, gente que estava a favor porque ia ter dois dias que não ia precisar ir para a escola, ia jogar bola, né, tinha de tudo, mas era assim, assembleia e votação, debate e votação (RAIMUNDO, 2010, p. 38-40).

Nessa conjuntura, era de se esperar que, com o passar do tempo, as relações de confiança entre colegas ficassem comprometidas. Não encontramos nenhum excerto muito claro, mas dois excertos ajudam a ilustrar essa situação. Em primeiro lugar, um trecho da entrevista de Raimundo:

[...]justamente por ser ditadura, não eram todas as pessoas que a gente considerava confiável, então se falava, mas pedia “não divulguem, não divulguem...”, inclusive a gente tinha medo de tudo. Desde o mais drástico de matarem a pessoa até da pessoa ficar marcada e ter dificuldade de entrar na faculdade, de conseguir um emprego, que eram coisas que aconteciam, eram coisas que aconteciam. Esse foi um caso



que eu, especificamente, fiquei sabendo e outras pessoas também, mas se procurava restringir ao grupo, aquele grupo de pessoas que você confiava mais, mesmo que eu achasse que você era uma boa pessoa e tudo, que não era um dedo-duro e, até onde eu sei, não tinha dedo-duro nenhum, né, todo mundo era menino, né, mas não falava com você, esse caso específico, quer dizer, uma coisa que alguns sabiam, mas não era divulgada assim abertamente (RAIMUNDO, 2010, p. 40).

Para concluir esta seção, um trecho da entrevista de Denise:

[...] a gente tendo aula aqui e os estudantes da universidade lá no diretório acadêmico. [...] Eu mesma me lembro que todas as vezes que tinha greve, protesto, era muito comum circular que tinha muito dedo-duro circulando por aí... Uns dois a gente tinha suspeita que poderiam ter sido... (DENISE, 2010, p. 9-10).

## **As manifestações**

No contexto que se seguiu, como já mencionamos, é possível observar a emergência de diferentes formas de manifestação. Partidos políticos, movimentos sociais, grupos organizados e grupos independentes passaram a operar em um regime que alternava a legalidade e a clandestinidade. O próprio Estado passou a funcionar nessa dualidade. Nos primeiros anos do regime militar, legitimados pela posição hegemônica, os atos de repressão aconteceram de forma clara, ainda que maquiados pelos argumentos fantasiosos que caracterizaram a prática ideológica do governo. Perseguições, prisões, tortura e morte, com muita frequência, aconteceram sob a marca da legalidade (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985). Ao mesmo tempo em que se servia do aparato oficial para dispor de medidas que instituíam a legalidade da política do Estado repressivo, o governo investiu na criação de dispositivos clandestinos que reforçaram sua ação repressora. Essa

dualidade marca o caráter do movimento do período, criando condições para que as práticas de alinhamento ao regime fossem arranjadas conforme a alternativa mais conveniente, a cada momento.

Os centros clandestinos eram parte da estrutura de inteligência e repressão do regime militar e obedeciam, principalmente, às Forças Armadas. Essa estrutura desenvolveu um padrão de repressão seletivo e operante em duas diferentes direções: o dispositivo de coleta e análise de informações sobre a sociedade e suas forças políticas; e a atuação de organismos encarregados da execução e repressão (ROSA, 2015, s.p.).

Legalidade e clandestinidade operavam lado a lado, tornando possíveis o avanço e a expansão das medidas de estabelecimento de toda uma cultura que caracterizou o período da ditadura militar. No caso dos espaços acadêmicos, ambientes escolares e universitários, isso não foi diferente. Premidos pela necessidade de tomada de posição ante à situação política que se alastrava no país, professores, pesquisadores e estudantes eram compelidos a decidir e construir estratégias de sobrevivência. No seguinte trecho da entrevista, Denise apoia a categorização do CA como uma instituição com vinculação à política esquerdista, atribuindo o fato ao engajamento político de “muitos” professores. A entrevistada baseia seu argumento na afirmação de que era propiciada, no Colégio, a leitura a respeito de países não aliados aos Estados Unidos na Guerra Fria:

A gente se interessava extremamente por países como a Albânia, Rússia e China... a gente devorava aqueles livros todos de depoimentos de pessoas que estiveram nesses lugares e voltavam, porque a gente tinha muitos professores engajados politicamente, o próprio Valdir Oliveira, em geografia, a própria Idalina Azevedo, que era minha professora de alemão e professora de literatura da minha irmã, e vários outros, então a gente estava o tempo todo, né? Além dos

estudantes, nós éramos a Grande Faculdade de Filosofia, e tudo funcionava no mesmo prédio (DENISE, 2010, p. 23).

Temos na narrativa de Denise um indício (RODRIGUES, 2006; GINZBURG, 1987, 1989) que dá suporte a outro aspecto de seu argumento: o interesse pelas histórias de pessoas que tiveram experiências em países sob regimes socialistas não era uma prerrogativa exclusiva dos professores, mas também dos alunos do CA que “devorava[m] aqueles livros todos de depoimentos de pessoas que estiveram nesses lugares e voltaram [...]” (DENISE, 2010, p. 23). Para ela, o Colégio e a Faculdade não são explicados como instituições distintas abrigadas por uma mesma estrutura física, mas uma única instituição que atendia a diferentes níveis de ensino. Ao afirmar que, “além dos estudantes, nós éramos a Grande Faculdade de Filosofia”, ela rompe com as barreiras que poderiam separar a formação acadêmica da Faculdade daquela realizada no Aplicação, o que favorece uma interpretação que os coloca em um nível similar de politização e de enfrentamento da política.

Evidentemente, a participação política de estudantes secundaristas em partidos políticos e em mobilizações de rua não era uma prerrogativa exclusiva dos alunos do Aplicação, mas um traço característico da atuação estudantil dessa época. A contribuição dos alunos do CA nessas mobilizações também é apontada na entrevista de Sueli:

eu não me lembro exatamente o ano, mas começaram as passeatas aqui, que começou com o movimento secundarista, efetivamente, depois os universitários entraram, mas começou com os secundaristas, o Aplicação, a gente saía do Aplicação numa passeata e ia pro Dois de Julho, pro Vieira, chamar a moçada do Dois de Julho e do Vieira, e a gente conduzia os caras, mesmo, e era assim um negócio, realmente, fantástico, né, um colégio, assim, politicamente engajado, intenso, que vivia as coisas todas... (SUELI, 2010, p. 5)

Eduardo concorda com a interpretação de que os alunos do Colégio tinham um papel de liderança dentro do movimento estudantil secundarista de Salvador, acrescentando um elemento bastante peculiar, especialmente no período em que ele esteve em Nazaré. Segundo ele, tratava-se de um colégio pequeno, e isso trazia implicações importantes:

quando eu entrei no grêmio no Aplicação, quando eu me envolvi com política, o Aplicação era um detalhe, só não era um detalhe total, porque algumas pessoas do Aplicação, sobretudo [...] o pessoal que veio um ano antes de mim ou dois anos antes de mim no Aplicação, esse pessoal tinha uma influência intelectual dentro do movimento estudantil [...] isso não foi... não nos permitiu uma coisa mais intensa de relações, eu acho, porque o Colégio de Aplicação [...], quer dizer, quando eu entrei no Aplicação em 62, era um colégio tão pequenininho que só entravam 30 pessoas, eles faziam o admissão para 30 vagas. [...] Eu acho que isso não nos deu, por exemplo, uma relação forte com o momento estudantil da época, teve uma relação fraca, quer dizer, enquanto Colégio é que eu estou falando, participávamos disso de uma forma... participávamos sim, participamos sim, mas essa participação era bem menor, por exemplo, do que ocorreu em outras plagas, em outras escolas públicas estaduais, sobretudo ainda, escolas públicas estaduais que tinham um contingente, uma mobilização, infinitivamente maior, caso específico do Central, caso específico do Severino, foi um Colégio com quem eu convivia aí, por força da militância política, durante um tempo, e que tinham, formaram e tinham um movimento estudantil extremamente efervescente, nós não tivemos isso, eu acho que não tivemos isso, tão intensamente quanto [...] na verdade, não com uma intensidade ou peso que os outros tiveram... (EDUARDO, 2010, p. 2-4)

Para Eduardo, a particularidade do CA quanto ao seu tamanho é entendida como um aspecto negativo em função do contingente político participante.

Contudo, sua narrativa, longe de indicar uma desqualificação da atuação dos alunos do Aplicação junto ao movimento estudantil, sinaliza para uma atuação peculiar dos alunos do Colégio. Ele reconhece que a participação deles poderia ser considerada um detalhe se comparada ao número de alunos que outras instituições escolares mobilizavam, mas poderia ser destacada por realizar uma “influência intelectual” junto à liderança do movimento. Ou seja, pode-se identificar aí uma narrativa em favor do reconhecimento do valor qualitativo da participação dos alunos do CA no movimento estudantil.

Dentre os aspectos que caracterizam a atuação política dos estudantes no âmbito externo ao Colégio de Aplicação estão diversas mobilizações estudantis que foram realizadas em Salvador (ZACHARIADHES, 2009). Fazemos menção especial àquelas contra a Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia<sup>8</sup>, por terem sido muito citadas nas narrativas de diversos entrevistados. Segue trecho da entrevista de Raimundo:

eu cheguei lá na Escola em 66, eu tinha dez anos de idade, eu me lembro da gente parar, a Escola como eu já te disse, era em Nazaré e a gente participando de passeatas, indo até a Praça da Piedade, o Centro, todo mundo lá gritando: “abaixo a Lei Orgânica, abaixo a Lei Orgânica...”, eu não tinha a menor ideia do que era a Lei Orgânica, mas, aparentemente, pelo que se desenvolveu depois, né, isso ocorreu de fato, essa privatização do ensino ocorreu de fato, porque hoje você vê... a classe média principalmente tá todo mundo em escola privada, que era minoria antes, era minoria antes... (RAIMUNDO, 2010, p. 14)

Os indícios encontrados no trecho da entrevista de Raimundo apontam para um entendimento que ultrapassa o engajamento político em si. Pelo

---

<sup>8</sup> A Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, promulgada em 13 de setembro de 1967 enquanto tramitava na Assembleia Legislativa produziu mobilizações estudantis contra os artigos da referida lei, os quais previam que instituições públicas de ensino secundário cobrassem anuidades. A respeito dessas mobilizações, ver: SILVA, 2003: “Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971).

menos para os mais novos, essa participação em mobilizações políticas estava relacionada a uma tentativa de integração com os alunos mais velhos, tanto do Colégio quanto da Faculdade de Filosofia. Como sugere Denise, “nós éramos muito maduros, assim, né? Com treze ou quatorze anos, a gente discutia política, a gente ia para a rua, a gente era superpoliticizado” (DENISE, 2010, p. 9).

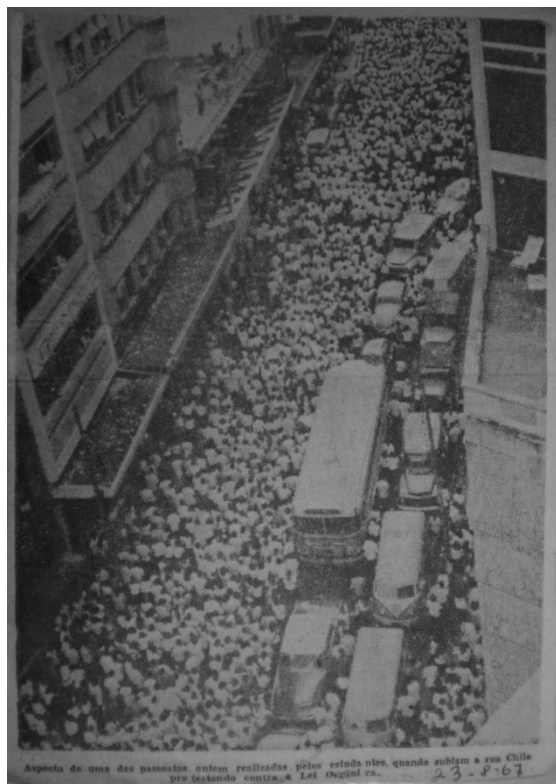
De certo modo, observamos que a atuação política dos alunos do Aplicação ultrapassava a associação com o movimento estudantil secundarista, ligando-se às ações políticas dos estudantes universitários e dos partidos políticos, tema já indicado em tópico anterior. Vale ressaltar que, segundo Anna Cristina, a ausência coletiva dos alunos ao Colégio para participação em mobilizações contava com relativo apoio da direção do CA que, contrariando as normas institucionais, não punia os alunos que se ausentavam para as passeatas. De acordo com a caderneta escolar do ano letivo de 1964, no item “do aproveitamento nos estudos e do comportamento em geral”, tópico número “22 – São consideradas graves as seguintes faltas: [...] g) a ausência coletiva (parede) às aulas” (CADERNETA Escolar, 1964, folha 9, não numerada), mas a direção não aplicava a esses casos o mesmo tratamento também estabelecido no item “do aproveitamento nos estudos e do comportamento em geral”, tópico número 25: “A ausência coletiva às aulas (parede) será punida com a suspensão da turma por 3 (três) dias” (CADERNETA Escolar, 1964, folha 9, não numerada).

– Suspendiam as aulas quando vocês iam fazer as passeatas ou vocês suspendiam as aulas?

– Suspendiam as aulas, exatamente, mas a diretoria concordava com isso ela, realmente, é... assim, entendia que isso tinha que acontecer, não tinha maiores problemas com o assunto nem com aula, não, entendeu? (ANNA CRISTINA, 2010, p. 16).

Como forma de ilustrarmos a magnitude dessas manifestações, lançamos mão de uma imagem de uma das passeatas realizadas por estudantes

baianos, protestando contra a Lei Orgânica, recortada do jornal *A Tarde*<sup>9</sup>, de 23 de agosto de 1967, que Denise guarda em seu acervo pessoal e foi apresentada como parte de seu arquivo da época do Colégio:



**Figura 2.** Passeata de estudantes em protesto contra Lei Orgânica.  
**Fonte:** arquivo pessoal de Denise.

Referindo-se à imagem apresentada, a ex-aluna afirma: “a gente participava de tudo isso. [N]essas passeatas, com certeza tem muita gente

<sup>9</sup> Jornal *A Tarde*. Salvador, 23 ago. 1967.

aqui do Aplicação” (DENISE, 2010, p. 1). Ao dizer isso, toma a imagem como evidência da participação dos alunos do CA nas mobilizações estudantis e, ao fazer tal menção, aponta para sua forte identificação com esse traço politicamente engajado dos alunos que costumavam participar de atos de protesto ocorridos em Salvador. Vale mencionar que as passeatas e os protestos que aconteceram nos dias 21 e 22 de agosto de 1967 contaram com ampla participação de estudantes secundaristas e universitários, que se mobilizaram temendo que, com base no parágrafo 9 do Artigo 36 da já referida Lei Orgânica, as escolas públicas se transformassem em fundações, com a cobrança de mensalidades. Destaca-se, na imagem anterior, a ocupação da Rua Chile pelos estudantes, impedindo o trânsito e chamando a atenção inclusive das pessoas que, dos prédios de um dos trechos mais importantes do centro da capital baiana, à época, assistiam à mobilização (BRITO, 2008).

Outro entrevistado, Jocano, também explica o envolvimento político e as manifestações:

Nós vivemos também uma época de repressão, um momento político muito conturbado aqui no país, na época, a época da ditadura militar, porra... era uma turma ativa, porra, o Aplicação, os alunos do Aplicação e do Severino Viera eram, realmente, quem mobilizava, quem articulava as grandes manifes... junto com o pessoal do Central, está entendendo, Severino, Aplicação e Central eram os grandes articuladores, dos grandes movimentos estudantis que tinha aqui na Bahia, está entendendo? Nós tínhamos lá dentro do Colégio de Aplicação um grupo, do qual eu não fazia parte, somente um grupo de colegas meus, que realmente eram pessoas muito envolvidas em política, dirigentes estudantis, participantes da diretoria da UNE e tal, que estavam na linha de frente de todo o movimento estudantil aqui na Bahia, está entendendo, era chamado, convocado, para participar dos movimentos, o Colégio de Aplicação. Me lembro que em uma dessas manifestações, da Lei Orgânica, não me lembro qual era o



objetivo do movimento, era uma reivindicatória de alguma coisa, o que estava reivindicando, realmente, de fato, eu não me lembro, era algo da Lei Orgânica... isso tudo é regime de ditadura militar, porra, liberdade de imprensa totalmente... então, o movimento terminou com a manifestação em frente da reitoria da UFBA, lotada de gente, os estudantes de tudo que era colégio, e a polícia foi lá acabar com o movimento, nós, estudantes, eu estava presente, a única escapatória nossa foi correr para dentro da reitoria, todo mundo, todo mundo que estava lá dentro, que estava lá na porta... Só sei que invadimos a reitoria e tal, e a reitoria ficou sitiada pela polícia militar. Chamaram lá o comandante, o governador, não lembro quem era o governador, eu acho que era Juracy Magalhães, não me lembro, para interceder e tal, as lideranças do movimento se negaram a desocupar a reitoria – foi na década de sessenta e sete, sessenta e oito –, se negaram. Ninguém queria sair da reitoria, eles jogaram bomba de gás lacrimogêneo lá dentro, eu me lembro que eu fiquei três horas e pouco, preso em um banheiro, eu e mais duas colegas minhas, dentro de um banheiro, com um bocado de lençol, toalha velha, o pano que tinha, molhando para poder respirar, um cheiro da porra... o pessoal se sentindo mal, rapaz, por causa de gás que invadiu a reitoria, foi mo... gente morrendo, morrendo, não, passando mal, depois foi para o hospital e tal, foi uma resistência, assim, brava e, normalmente, lá pro final da tarde conseguimos evacuar a reitoria sem problemas maiores, mas, é um movimento que, realmente, me deixou lembranças bem marcantes, três horas, e não é exagero, não, pode contar no relógio, três horas de relógio preso dentro de um banheiro respirando... (JOCANO, 2010, p. 3).

Da mesma forma, em que pese a repetição de um trecho, Raimundo também recorda:

Me lembro bastante quando eu entrei no primeiro ano, também ainda em 66, das manifestações contra a Lei Orgânica do Ensino, não sei se... eu não tenho mais informação nenhuma, mas estava sendo discutida a implantação dessa Lei Orgânica do Ensino e o que se dizia, em 66, era que isso era uma forma de entregar o ensino para iniciativa privada, tirar isso aí do Estado, o ensino público e gratuito e entregar para iniciativa privada, então, eu me lembro... eu cheguei lá na Escola em 66, eu tinha dez anos de idade, eu me lembro da gente parar, a Escola, como eu já te disse, era em Nazaré e a gente participando de passeatas, indo até a Praça da Piedade, o Centro, todo mundo lá gritando: “Abaixo a Lei Orgânica, abaixo a Lei Orgânica...”, eu não tinha a menor ideia do que era a Lei Orgânica, mas, aparentemente, pelo que se desenvolveu depois, né, isso ocorreu de fato, essa privatização do ensino ocorreu de fato, porque hoje você vê... a classe média principalmente tá todo mundo em escola privada, que era minoria antes, era minoria antes... (RAIMUNDO, 2010, p. 13-15).

As memórias trazidas pelos entrevistados contribuem para construirmos uma imagem do CA como um espaço politizado e atravessado pelos efeitos da ditadura, que impregnou absolutamente todo cotidiano brasileiro, à época.

## **Concluindo**

À guisa de conclusão, nos limitamos a reiterar a ideia de que os efeitos do golpe militar se fizeram sentir desde os primeiros momentos, em diferentes lugares e situações. A forma como o regime se estabeleceu foi plena e absoluta, por efeito de uma ação coordenada em nível nacional que se fez sentir no cotidiano de toda a população. No Colégio de Aplicação, instituição destacada pelo caráter politizado de seus estudantes e professores, em adjacência à Faculdade de Filosofia, esse efeito se fez sentir diuturnamente, até seu fechamento, em 1973.

Elegemos como intervalo de análise os primeiros anos da ditadura militar com o intuito de observar alguns movimentos nesse período de estabelecimento do regime, de modo a trazer à luz algumas construções de sujeitos que eram alunos do CA, na ocasião e, por meio de suas narrativas, em muito contribuem para que tenhamos mais conhecimento acerca do cotidiano naqueles anos.

Reiteramos nossa afirmação de que não é nossa pretensão esgotar essa investigação nem tomar como absoluta a narrativa particular desses sujeitos. Trata-se de trazer em coleção mais um conjunto de entrevistas e memórias que, de alguma forma, contribuem para dar conhecimento desses episódios atrozés àqueles que porventura ainda os desconhecem e ignoram. Por isso, encerramos este capítulo com uma célebre frase do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no dia 25 de outubro de 1975 pelo regime militar: “Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerar seres humanos civilizados” (<http://vladimirherzog.org/biografia/>).

## Referências

- ANNA CRISTINA. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Tomo I, 1985. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncaMais/bnm\\_tomo1\\_regime\\_militar.pdf](http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncaMais/bnm_tomo1_regime_militar.pdf). Acesso em 01 de março de 2018.
- BRITO, A. M. F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CADERNETA Escolar, 1964, folhas não numeradas.
- DENISE. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.
- EDUARDO. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HERZOG, Vladimir. Disponível em: <http://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em: 12 set. 2017.
- JACI. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

JOCANO. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

JORGE. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

JORNAL A TARDE. Salvador/BA, 23 de agosto de 1967.

MARIA ANGELA. Entrevista [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

MARIA EUNICE. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

PORTELLI, A. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PRATA, S. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

RAIMUNDO. Entrevista. [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Bahia: contribuições para a História da Educação Matemática*. *Bolema*, v. 30, n. 56, p. 1223-1243, dez. 2016.

RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

RODRIGUES, M. B. F. (Org.). *Exercícios de indiciário*. Vitória: UFES/PPGHIS, 2006.

ROSA, M. F. Análise da Ditadura Militar no Brasil através dos conceitos de legalidade e clandestinidade. *Conteúdo Jurídico*, set. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,analise-da-ditadura-militar-no-brasil-atraves-dos-conceitos-de-legalidade-e-clandestinidade-porque-nao-tivemos,54323.html>. Acesso em 01 de março de 2018.

SILVA, S. R. *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SUELI. Entrevista [2010]. In: RIOS, D. F. *Memórias de ex-alunos do Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino de Matemática Moderna: a construção de uma instituição modernizadora*. 2012. 505 f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2012.

THOMPSON, P. R. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ZACHARIADHES, G. C. (Org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.